



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Proposta de debate

Venho, por razões de interesse público, propor a realização de um debate, em plenário, sobre o tema seguinte:

“O Governo não deve lançar a terceira fase do Cartão de consumo electrónico para, além de estimular a economia através do apoio directo aos consumidores, dar verdadeira assistência aos residentes?”

Espero que o Governo se faça representar, com vista à exposição das suas opiniões e justificações.

Nota Justificativa

Interpelei o Governo por escrito, há dias, para reflectir que, apesar da passagem alfandegária entre Macau e o Interior da China ter voltado a normalizar, e da isenção mútua de quarentena, o actual número médio diário de passageiros é de apenas cerca de 20 000, ou seja, 1/5 do registado antes da epidemia. Para muitas empresas afectadas, e para os residentes com os seus rendimentos reduzidos ou até desempregados, a vida continua a ser difícil. Atendendo à actual reserva financeira no Cofre do Governo, na ordem dos 616,12 mil milhões de patacas, entendo que estão reunidas condições para o Governo atribuir o Cartão de consumo electrónico da terceira fase.

Com as medidas dos “benefícios do consumo por meios electrónicos”,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

divulgadas pelo Governo em 15 de Março, exige-se à população que: “consume primeiro e goze dos benefícios depois”. Apesar da intenção positiva dessas medidas, que visam estimular a procura interna para garantir o emprego, o Governo não clarificou como é que se podia alcançar efeitos positivos, incluindo a garantia de emprego, mas são evidentes os seus efeitos secundários, por isso, eu e a população estamos muito desiludidos. Estou também intrigada com tais medidas, que envolverão um valor de 5 mil milhões de patacas, mas com uma natureza nada diferente das actividades promocionais das plataformas de pagamento electrónico, a par de não beneficiar a população nem de lhe facilitar muito a vida.

— O plano sobre os “benefícios do consumo por meios electrónicos”, anunciado há dias, apresenta muitas deficiências. Primeiro, os menores em geral não têm telemóveis ou não reúnem os requisitos para verificação dos nomes reais, etc., logo, não podem usufruir dos benefícios do consumo. Enquanto plano para toda a população, e até destinado a trabalhadores não residentes e a estudantes estrangeiros em Macau, o Governo acabou de adoptar um método de implementação que resulta no impedimento do seu gozo por algumas pessoas, devido a restrições objectivas. Duvida-se que, aquando da concepção das políticas, as autoridades não estejam a par dos destinatários desse plano, e que tal plano careça de minuciosidade e rigor.

Mais, se uma pessoa levou a cabo a verificação do nome real em todas as oito plataformas de pagamento, pode, teoricamente, gozar de oito concessões de benefícios de consumo! Ao fim da promoção, com grande



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fanfarra, do programa “*Simple Pay*”, as autoridades nem conseguem, afinal, salvaguardar que uma mesma pessoa só possa usufruir de uma concessão de benefícios. A população entende que isto se trata de uma grave lacuna e de uma distribuição desadequada dos recursos, e receia que esta forma de “distribuir a todos, sem dar importância ao facto de haver alguns beneficiários não qualificados” possa vir a ser um apoio aos contrabandistas, a expensas do erário público, para aquisição de mercadorias. Mas, em resposta, o Governo referiu que “a situação é muito melhor relativamente aos vales de consumo do Interior da China, pois os residentes não precisam de lutar pela obtenção dos vales de consumo”. Nesse plano do Governo, o grau de indiferença relativamente à equidade também é chocante. Como é que se pode garantir o uso racional do erário público? Em quantas pessoas e em quantas concessões de benefícios se basearam para calcular as despesas de 5 mil milhões de patacas?

Mais, muitas pessoas entendem que o método de cálculo dos benefícios é complicado e difícil de compreender, e uma grande proporção de idosos e de portadores de deficiência não está apta a utilizar o pagamento móvel. Apesar da disponibilização das condições, alguns residentes podem não estar dispostos a que façam a verificação dos nomes reais nas plataformas de pagamento, porque não querem que a sua privacidade seja exposta a riscos.

Para além dos problemas operacionais mencionados, as medidas sobre os “benefícios do consumo por meios electrónicos” não ajudam a aliviar a pressão de vida dos desempregados e subempregados. Mesmo que o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Governo não tenha afirmado que tal plano representa a terceira ronda de apoio económico, é preciso não esquecer que nesse “Plano de garantia do emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida da população, 2021” estão incluídas as palavras “asseguramento da qualidade de vida da população”! Só porque o Governo não está disposto a prestar apoio, não significa que os residentes não precisem dele! Em particular, a economia de Macau está a ser afectada pela epidemia há mais de um ano, acreditando-se que serão necessários vários anos para recuperar o nível anterior. Entendo mesmo que o Governo deveria dar mais apoio do que nos anos anteriores, em vez de o “retirar” e contar com os residentes com rendimentos reduzidos para incentivar o consumo! Mesmo que uma mulher seja boa cozinheira, se não tiver arroz, nada pode fazer. Assim, se está em falta o poder de compra, como é que se pode aproveitar os benefícios do consumo?

Pelo exposto, as opiniões recolhidas, quer da sociedade quer da Internet, demonstram que a maioria dos residentes espera que o Governo retire as medidas sobre os “benefícios do consumo por meios electrónicos” e utilize o mesmo montante do erário público para reintroduzir o cartão de consumo electrónico, de natureza operacional e eficaz, de modo a subsidiar, directamente, os consumidores para, no meio de estimular a economia, ajudar verdadeiramente a população! Pelo exposto, apresento esta proposta de debate, com a expectativa de que a discussão na Assembleia Legislativa conduza o Governo a ouvir a opinião pública e a lançar a terceira fase do cartão de consumo electrónico!



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Fontes de referência:

- (1) <http://www.shimindaily.net/v1/news/macau/%E6%9E%97%E7%8E%89%E9%B3%B3%E4%BF%83%E7%9B%A1%E6%97%A9%E7%99%BC%E6%94%BE%E7%AC%AC%E4%B8%89%E6%9C%9F%E9%9B%BB%E5%AD%90%E6%B6%88%E8%B2%BB%E5%8D%A1/>
- (2) http://www.macaodaily.com/html/2021-03/17/content_1502779.htm

19 de Março de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam lok Fong



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Deliberação n.º /2021/Plenário

(Projecto de simples deliberação do Plenário)

A Assembleia Legislativa delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º do seu Regimento, o seguinte:

Artigo único (Aprovação do debate)

É aprovada, nos termos dos artigos 140.º e 141.º do Regimento, a realização de um debate sobre o assunto de interesse público abaixo indicado, o qual foi apresentado pela Senhora Deputada Lam lok Fong em 19 de Março de 2021:

“O Governo não deve lançar a terceira fase do Cartão de consumo electrónico para, além de estimular a economia através do apoio directo aos consumidores, dar verdadeira assistência aos residentes?”

Aprovada em de de 2021.

O Presidente da Assembleia Legislativa,

Kou Hoi In.